

MOREIRA AZEVEDO, Carlos A. – *Ministros do Diabo. Os seis sermões de autos da fé (1586 – 1595) de Afonso de castelo branco, bispo de Coimbra*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2018, ISBN: 978-989-644-519-5, 369 pp.

Falar do Arquivo Secreto Vaticano é falar de um espólio que alberga uma quantidade extraordinária de informação, na sua grande maioria inédita, contida nos muitos milhares de documentos que nele se conservam. Carlos A. Moreira Azevedo oferece um pequeno mas importante contributo para alterar este quadro com a obra aqui recenseada, que traz «a lume textos escondidos» resgatando-os «do pó do Arquivo Secreto Vaticano», de modo a poder alimentar «a chama de uma memória exigente de verdade mais plena, que nos explica e nos implica num futuro diverso para a humanidade» (p. 150).

A obra está estruturada em duas partes. A primeira, de carácter mais técnico e descritivo, é dedicada a contextualizar as circunstâncias históricas, sociais e religiosas em que os sermões agora publicados foram originalmente pregados. A segunda parte apresenta a transcrição integral dos seis textos.

De forma geral, *Ministros do Diabo* é uma obra capaz de atingir um público mais vasto do que num primeiro momento se poderia esperar. Por um lado, resulta especialmente apelativo para os investigadores, que agora dispõem destes textos devidamente transcritos, podendo «ajuizar melhor» sobre a capacidade retórica de D. Afonso de Castelo Branco ou analisar a base doutrinal dos seus escritos (p. 150), para citarmos só alguns dos possíveis trilhos de investigação. Por outro lado, a obra permite uma aproximação a este momento particular da história inquisitorial de Portugal a todos aqueles que, não sendo embora especialistas na matéria, desejam aumentar os seus conhecimentos sobre o assunto encontram aqui um trabalho sério e rigoroso, se bem que não exaustivo, o que não era, de facto, o objectivo declarado do autor.

Desde as primeiras páginas podemos notar a preocupação manifesta de esboçar com traços concretos e claros, num estilo ágil, direto e sintético, – demasiado sintético, talvez, em alguns momentos... – o contexto histórico em que a Inquisição operou em Portugal no seu período inicial (1536 – 1605), quando a razão principal que movia a acção do tribunal era, segundo Moreira Azevedo, a identificação de cristãos-novos (p. 20).

Resulta particularmente interessante a descrição do Auto da fé, como evento público promovido pelo poder inquisitorial. Tratava-se, com efeito, duma autêntica encenação que devia funcionar como cólofon dos processos instaurados pelo Santo Ofício. Um ritual que representava simbolicamente o

momento do juízo final e no qual os Inquisidores se atribuíam o lugar de Cristo. Neste contexto, o sermão desempenhava um papel de grande importância, «qual número de uma cerimónia de propaganda ideológica» (p. 28).

O espectáculo, que em casos de maior repressão podia prolongar-se durante vários dias, contava com um “roteiro”, isto é, uma lista ordenada dos processados do momento, que assumia «a função de uma espécie de “programa”»(p.34), permitindo a escolha dos membros da comitiva que acompanharia os presos durante a procissão prévia ao Auto. Nesta eleição, o estatuto do prisioneiro desempenhava um papel fundamental.

As listas dos processados, apresentadas por Moreira Azevedo, constituem outro dos pontos de interesse da obra, na medida em que possibilita uma apreciação global da sua origem e condição. Por sinal, as mulheres e os naturais de Trás-os-Montes com profissões humildes constituem os grupos mais atingidos.

A primeira parte é completada com uma breve biografia do bispo de Coimbra, seguida de uma útil apreciação crítica de cada um dos sermões, assim como um perfil temático do conteúdo respetivo. Estes breves subcapítulos podem ser vistos como uma espécie de guia para evitar que o leitor enfrente a leitura dos textos sem preparação, especialmente quem esteja menos familiarizado com a linguagem do género oratório, permeado de referências e intertextualidades bíblicas. A negação do Messias, a cegueira, o castigo dos judeus ou os cinco tipos de pecadores são alguns dos temas desenvolvidos por D. Afonso de Castelo Branco, num tom «profundamente anti-semita» (p.123) e carregado de inúmeras (às vezes excessivas) e correlativas referências bíblicas em latim, «traduzidas com demasiada liberdade, sem se ater à letra» (p. 123).

Ao longo dos sermões, a agressividade anti-semita está bastante patente, especialmente quando D. Afonso utiliza como recurso retórico precisamente a polémica em torno a este problema, o que acaba por transformar-se numa «ridícula ostentação de erudição», na opinião de Maria Lucília G. Pires, citada pelo autor (p.123). Essa exibição excessiva de erudição parece ter, de facto, a intenção propositada de semear o medo, não tanto nos próprios processados (à partida já condenados) como no conjunto dos assistentes, transformando o Auto da fé num apelo agressivo a emendar, ou melhor dizendo, para exortar os espectadores a manterem os seus comportamentos dentro dos preceitos da Igreja. É a «pedagogia do medo» justificada com uma «evidente hiperbolização dos perigos» (p. 45).

Esta atitude fica em evidência através de um número considerável de expressões pejorativas utilizadas pelo bispo de Coimbra para se referir aos

judeus e hereges. «Rufiões da verdade e maridos da mentira» (p. 195); «vasos da maldade judaica» (p. 176) ou «ministros do diabo» (p. 201) são alguns exemplos do que podemos encontrar ao longo dos sermões. É precisamente esta última expressão, «ministros do diabo», que dá título ao livro, referida agora aos pregadores destes rituais, como Moreira Azevedo faz questão de salientar na contracapa da obra. Assim, ser «ministro do diabo» implica utilizar o discurso – ainda que erudito – «para justificar injustiças e estimular ódios», quando o mais apropriado seria argumentar em defesa dos mais desamparados, apelando à prática de uma misericórdia autêntica e «ao perdão e à convivência de diferentes visões de Deus e do mundo».

Do ponto de vista estilístico, os sermões elaborados por D. Afonso de Castelo Branco não destacam pelo seu valor literário, predominando o discurso monótono e sem brilho. Os mesmos argumentos e citações bíblicas são repetidos com alguma insistência em parágrafos quase idênticos, reutilizados diversas vezes, especialmente nos dois últimos textos. O último sermão é mesmo aquele que apresenta um maior número de repetições nos argumentos e, sobretudo, nos exemplos. Será de atribuir esta falta de inspiração a algum cansaço por parte de D. Afonso? Moreira Azevedo considera o bispo de Coimbra um autêntico «mestre na arte de pregar Autos da fé» (p.41), pelo facto de ter sido escolhido seis vezes para desempenhar esta tarefa (1586, 1588, 1589, 1591, 1593, 1595), um caso único em Coimbra no espaço temporal considerado pelo autor.

A transcrição dos textos foi realizada criteriosamente, mantendo a grafia das palavras com algumas necessárias actualizações, assim como breves esclarecimentos – entre parênteses retos – em relação às citações bíblicas não referidas por D. Afonso. A obra é completada com um índice de autores, um índice bíblico e uma útil bibliografia que inclui as obras do bispo de Coimbra com as respectivas cotas e *links* de acesso aos documentos no seu formato digital.

Ministros do Diabo representa um válido contributo para o conhecimento de uma parte importante – e ainda algo obscura – da história da Inquisição em Portugal, no âmbito concreto da sua ação em Coimbra. Os textos, fielmente transcritos, abrem novos caminhos de investigação no campo da história, mas também no âmbito dos estudos literários e/ou religiosos, o que virá a completar e enriquecer os conhecimentos sobre uma das épocas mais conturbadas e ao mesmo tempo mais apaixonantes da história religiosa de Portugal.

Rosa María Sánchez

CITCEM – Universidade do Porto
rosabx@gmail.com

